TRAJETOS FEMINISTAS E FEMINISMOS NA EDUCAÇÃO: ESSA LUTA CONTINUA PARA TODAS E TODOS

JULIANA GIANELLI MARTINS

Resumo
O presente artigo tem como objetivo apresentar as trajetórias feministas e algumas de suas vertentes. Escolheu-se o feminismo como objeto de estudo, pois questões sexistas assolam a sociedade como um todo. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte, apresenta-se os conceitos de patriarcado, machismo e feminismo, além das trajetórias dos movimentos feministas desde o pré-feminismo, com Olympe de Gouges, passando pela primeira, segunda, terceiras ondas, complementando com a quarta onda, que se encontra em curso e possui as redes sociais como instrumento. Na segunda parte, o artigo trata de algumas vertentes dos movimentos feministas, uma vez que não existe só uma forma de pensar o feminismo e, por isso, feminismo deve ser escrito no plural, formando os feminismos, tais como: feminismo radical, indígena, mulherismo, universal, transexcludente, interseccional, feminismo negro, marxista e ecofeminismo. A discussão teórica é feita a partir de: bell hooks, Soujourner Truth, Chimamanda Nzogbi Adichie, Simone de Beauvoir, Vandana Shiva, Helena Hirata, Alice Walker, Patricia Hill Collins, Kimberly Crenshaw, entre outras. As discussões ratificam a importância de compreender os movimentos feministas, promovendo diferentes espaços para o diálogo.

Palavras-chave: feminismos; movimentos feministas; ondas feministas; vertentes.

Abstract
The aim of this article is to present the trajectories of feminism and some of its strands. Feminism was chosen as the object of study because sexist issues plague society as a whole. The article is divided into two parts. In the first part, the concepts of patriarchy, machismo and feminism are presented, as well as the trajectories of feminist movements from pre-feminism, with Olympe de Gouges, through the first, second and third waves, complemented by the fourth wave, which is currently underway and has social networks as an instrument. In the second part, the article deals with some strands of feminist movements, since there is not just one way of thinking about feminism and, for this reason, feminism should be written in the plural, forming feminisms, such as: radical feminism, indigenous feminism, womanism, universal feminism, trans-exclusionary feminism, intersectional feminism, black feminism, Marxist feminism and ecofeminism. The theoretical discussion is based on: bell hooks, Soujourner Truth, Chimamanda Nzogbi Adichie, Simone de Beauvoir, Vandana Shiva, Helena Hirata, Alice Walker, Patricia Hill Collins, Kimberly Crenshaw, among others. The discussions confirm the importance of understanding feminist movements, promoting different spaces for dialog.
Keywords: feminisms; feminist movements; feminist waves; strands.

Introdução

Quando se fala de feminismo, machismo, patriarcado e vertentes feministas, pode causar confusão para quem não está tão próximo(a) desse assunto. Esses termos frequentemente são utilizados em debates sobre igualdade de gênero e justiça social, e entender suas nuances é crucial para compreender as complexidades das lutas feministas.

Feminismo é um movimento social e político que busca a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros, desafiando as normas e estruturas que perpetuam a opressão das mulheres e a desigualdade de gênero. O feminismo pode ser entendido através de suas diversas ondas e vertentes, cada uma abordando diferentes aspectos da desigualdade e propondo soluções específicas.

Machismo refere-se a atitudes, comportamentos e crenças que sustentam a superioridade dos homens sobre as mulheres. Essas crenças são frequentemente enraizadas em normas culturais e sociais que valorizam os atributos masculinos e marginalizam as características femininas, perpetuando a desigualdade e a discriminação.

Patriarcado é um sistema social e cultural em que o poder e a autoridade são predominantemente exercidos pelos homens, e as mulheres são frequentemente subordinadas

e limitadas a papéis tradicionais e menos valorizados. O patriarcado influencia todas as esferas da vida, incluindo a família, o trabalho, a política e a educação.
Vertentes Feministas são diferentes abordagens dentro do movimento feminista que se concentram em aspectos variados da desigualdade de gênero. Cada vertente oferece uma perspectiva única sobre como abordar a opressão e promover a igualdade. Exemplos incluem o feminismo liberal, radical, marxista, negro, interseccional e ecofeminismo, cada um trazendo uma abordagem distinta para a luta feminista.
As trajetórias feministas ao longo da história demonstram como o movimento tem contribuído para o avanço das políticas públicas em diversas áreas, incluindo a educação. A implementação de leis como a Lei nº 14.164/21 no Brasil, também conhecida como a Lei do Feminismo na Educação, exemplifica esse progresso. Esta legislação e suas complementares buscam promover a igualdade de gênero nas escolas e garantir que o feminismo seja uma parte integral do currículo educacional. Isso inclui a promoção de uma educação que desafie estereótipos de gênero e que ofereça suporte para todas as identidades de gênero, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo.
A luta feminista é de extrema importância e grande urgência para os movimentos sociais como um todo. A desigualdade de gênero afeta não apenas as mulheres, mas também os homens, que muitas vezes enfrentam pressões para se conformar a normas de masculinidade rígidas e prejudiciais. O sexismo e as expectativas patriarcais podem limitar a liberdade e o bem-estar de todos os gêneros, criando um ambiente social que não permite o pleno desenvolvimento e a expressão autêntica de indivíduos.
Ter uma educação feminista só traz benefícios para a sociedade. Essa abordagem educacional promove um entendimento mais abrangente e crítico das questões de gênero, desafiando preconceitos e estereótipos e incentivando a igualdade. No entanto, para que a educação feminista seja verdadeiramente eficaz e inclusiva, deve ser também **anticapitalista e antirracista**. Isso significa que deve questionar e combater as desigualdades não apenas relacionadas ao gênero, mas também às questões de classe social e raça.
Um feminismo anticapitalista crítica como o sistema capitalista explora e marginaliza as mulheres, especialmente as mulheres de classes sociais mais baixas. Ele defende uma reorganização das estruturas econômicas para garantir que todas as mulheres tenham acesso a recursos e oportunidades iguais, independentemente de sua classe social.
Um feminismo antirracista reconhece e combate a interseccionalidade das opressões, entendendo que as experiências das mulheres não são homogêneas e que o racismo e o sexismo frequentemente se entrelaçam. Esse tipo de feminismo luta contra as desigualdades que afetam desproporcionalmente mulheres de cor e outras minorias, promovendo uma inclusão verdadeira e equitativa.
A expressão “feminismo para os 99%” reflete a ideia de que a luta feminista deve ser inclusiva e representar os interesses de todas as mulheres, não apenas das mais privilegiadas. Isso significa lutar por uma igualdade de gênero que abranja todas as esferas da sociedade e que considere as múltiplas dimensões da opressão, trabalhando para uma justiça social mais ampla.
Em resumo, o feminismo, as vertentes feministas e os conceitos associados, como machismo e patriarcado, são fundamentais para entender as complexidades das desigualdades de gênero. A luta feminista, com suas várias abordagens e enfoques, continua a ser uma força poderosa para promover mudanças sociais e políticas. A integração desses princípios na educação e nas políticas públicas é crucial para construir uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Desenvolvimento
Escurecimentos: patriarcado, machismo e feminismo
Ao longo da história, temos contato com muitos movimentos sociais. Dentro deles, destaca-se o movimento feminista. Mas, afinal, o que é o feminismo?
Primeiro, o feminismo não é o contrário do machismo. Machismo é o conjunto de crenças que servem ao patriarcado, que por sua vez é a estrutura social que dá o poder a uma figura masculina. Patriarcado seria a afirmação da superioridade do masculino sobre o feminino.

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres. (HIRATA et al., 2010, p. 144).

Já para o Dicionário Houaiss (2020, p. 706), "Patriarcado vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem e comando). Essa raiz de duplo sentido se encontra em monarquia". Portanto, conclui-se que patriarcado é literalmente a autoridade do pai, comando do pai. Daí entra a definição de feminismo, que é um movimento social público que deseja igualdade de direitos entre homens e mulheres combatendo o sexismo. Segundo hooks (2018, p. 17), "[...] feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão". A primeira vez que o termo "feminismo" apareceu foi na França e Países Baixos em 1872; no Reino Unido, na década de 1890; e nos Estados Unidos; em 1910. A "invenção" dessa palavra foi cunhada pelo filósofo francês, socialista utópico, Charles Fourier.
E o que faz uma ou um feminista? Feminista acredita que gênero é socialmente condicionado, reconhece o patriarcado, desafia a misoginia, defende a autonomia corporal e busca a igualdade de gênero.
Antes de falar exatamente sobre as ondas feministas, que têm esse nome apenas para fins didáticos, tendo em vista que a luta por direitos continua a cada dia, falar-se-à sobre o pré-feminismo, início da trajetória feminista. A frase (que não se sabe a autoria), que mostra o movimento, o pensamento feminista é: "Homens, seus direitos nada a mais. Mulheres, seus direitos nada a menos".

De onde venho? Pré-feminismo e primeira onda
Tem-se o momento pré-feminista que leva esse nome devido ao fato de que antes da 1ª onda não existia um conjunto de lutas políticas, sociais, econômicas e culturais que buscasse promover a igualdade entre os sexos nas mais diversas esferas da vida, e sim textos de afirmação feminista. Um dos nomes que se pode colocar nesse movimento é Olympe de Gouges (1748-1793).

Em meio à Revolução Francesa que derrubou a monarquia e pregou o grito: "Liberté, Egalité, Fraternité", surge essa figura importante, Olympe de Gouges, crítica do antigo regime francês e do novo também, escrevendo contra Jean Paul Marat e Maximillian de Robespierre, líder dos jacobinos, parte mais extremista da revolução.
Em 1791, Olympe redigiu a "Carta dos Direitos da Mulher e da Cidadã", que defendia o acesso das mulheres francesas ao voto, a liberdade profissional, a instituição do divórcio e o fim da escravatura. No artigo I e XVI da carta dizia:

A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum. Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou em sua redação. (GOUGES, 2007, [p. 2-4]).

Depois da publicação da carta e com as duras críticas que ela fazia ao novo regime, foi condenada à guilhotina em 2 de novembro de 1793, um mês após sua prisão. Mesmo com tanta luta, as mulheres só conseguiram direito ao voto na França em 1945, após a 2ª Guerra Mundial.
Contudo, seus esforços não foram em vão. Muitas mulheres, influenciadas pelos pensamentos de Olympe de Gouges, foram dando origem às três ondas feministas.
A primeira onda é datada do final do século XIX e início do século XX e é conhecida como a luta pelo voto [movimento sufragista].
[...] a primeira onda do feminismo é frequentemente apresentada em torno das reivindicações do direito de voto, de fato é a respeito dessas questões que as ações mais espetaculares foram realizadas nos Estados Unidos e no conjunto dos países europeus. (HIRATA et al., 2010, p. 146).

As mulheres reivindicavam seus direitos, e isso incluía o voto. Não se pode esquecer que a luta por direitos das mulheres independentemente da onda, sempre abarcou diversas pautas, não exclusivamente um ponto, e nem que os movimentos feministas paravam e con-

tinuavam. O grupo de ativistas feministas que participaram dessa primeira onda procurava igualdade jurídica entre mulheres e homens no campo da educação e das posses, além do direito ao divórcio.
O voto era a participação na vida pública, e esse movimento era liderado por mulheres de classe média e classe média alta que possuíam propriedades. Pode-se dizer que eram feministas liberais e sua motivação consistia em não serem oprimidas pelos homens de uma classe, ou seja, homens brancos.

Tudo é político! Segunda onda...
Já a segunda onda do feminismo é caracterizada pela afirmação de que "O privado é político", na intenção de uma onda em questionar os domínios do político e não tanto de afirmar novas reivindicações. Ela começou a partir da década de 1960 e teve forte adesão nos anos de 1970, uma vez que, em partes, os direitos de luta das mulheres tinham ganhado força e conseguido alcançar algumas pautas; mas ainda não era suficiente.

[...] às vezes o engajamento político como um engajamento do conjunto da vida das militantes, o feminismo dos anos 70 se caracteriza por grupos não mistos, negando aos homens o direito de falar em nome das mulheres. (HIRATA et al., 2010, p. 147).

Destaca-se nessa onda a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986). Em seu livro O Segundo Sexo, de 1949, ela questiona visões patriarcais e contrapõe que a biologia determina o comportamento dos indivíduos. Uma de suas frases mais famosas é sobre o questionamento que se tem hoje sobre o transfeminismo, no qual, algumas vertentes feministas não reconhecem os direitos das mulheres trans. Para ela, "Não se nasce mulher; torna-se mulher". No Brasil, entre os anos 1960 e 1980, as militantes feministas também foram contra a ditadura militar, lutando não apenas pela diminuição das desigualdades, mas também pela redemocratização do país. Vale lembrar que umas das precursoras do movimento feminista no Brasil foi Nísia Floresta (1810-1885) e Bertha Lutz (1894-1976). A primeira fundou o Colégio Augusto em 1838 com as mesmas ementas para meninas e meninos. A segunda se tornou uma sufragista depois de tomar contato com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, fundando, em 1922, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. E também a Leonilda de Figueiredo Daltro (1860-1935), que presidiu o Partido Republicano Feminino em 1910 no Rio de Janeiro, com o objetivo de representar as mulheres na política. No Diário Oficial de 17 de dezembro de 1910 foi publicada a fundação do Partido, conforme é possível verificar no trecho a seguir:

Art. 1° De acordo com o art. 72, §8° da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:
§1° Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.
§Art. 2° Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exalando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século. (MELO; MARQUES, 1911, p. 2).

As ideias de Simone de Beauvoir perpassam as ideias feministas liberais e trazem à tona vários debates atuais sobre gênero e sexo, levando em conta que o gênero seria algo acidental e criado por uma cultura falocentrista patriarcal, enquanto o sexo seria algo não acidental, algo único e masculino; sendo assim, Simone de Beauvoir coloca o sexo feminino como sendo o outro. Várias autoras e pesquisadoras vêm debatendo esses pensamentos, uma delas que se pode destacar é Judith Butler (2020), autora de Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.
Butler (2020, p. 77),

[...] enfatiza as práticas sexuais acima da identidade de gênero ou sexual e separa sexualidades e gênero, de modo a revisar a opressão sobre elas exercida por outros elementos, inclusive o da regulação sexual, questionando as dissonâncias entre identidades de gênero e práticas sexuais.

"E eu não sou uma mulher?" Feminismo negro
Nos auges das ondas feministas, principalmente a primeira e segunda onda, as pautas

de luta eram em prol de mulheres brancas e burguesas, levando em consideração a ideia de uma mulher universal. Aliás, será que há uma identidade única e universal de "mulher"? Será que todas passam pelos mesmos problemas causados pelo patriarcado estrutural e algumas se beneficiam dele? Se pensar que a luta das mulheres negras vai além da opressão sexista e patriarcal, questões como raça e classe, tem-se a possível resposta para as perguntas.

O movimento de luta das mulheres negras (feminismo negro e mulherismo africana) que traz as mulheres negras num patamar além da opressão sexista, e entra na batalha contra outras opressões.

A terceira onda feminista, entre muitas vertentes que o feminismo tem, leva à interseccionalidade. hooks (2019) coloca essa conceituação entre mais de uma forma de subordinação entre preconceitos e suas formas estruturais e as dinâmicas de interação. Ela trata, de forma explanadora, o racismo, o patriarcado, o classismo, entre outros. Além do mais, a interseccionalidade trata as ações políticas que geram opressões.

O termo traduz as relações de poder entre raça, classe, gênero e etnia que desenham as questões econômicas e políticas em que se vive.

A pioneira do feminismo negro é Isabella Baumfree, que adotou em 1843 o nome de Sojourner Truth (1757-1883). Sojourner Truth significa "Peregrina da Verdade". Ela nasceu escravizada e foi leiloada como mercadoria aos nove anos de idade, junto com bois. Em meio a sua trajetória de vida, ela se mostra insurgente e isso ficou comprovado em seu discurso de 1851, com o título: "E eu não sou uma mulher?", feito durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron. Ela disse:

Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Essa declaração deu origem ao pensamento de olhar as "outras" como irmãs.

O feminismo negro está interessado em socorrer, considerando os sentidos: se a pessoa está responsiva aos estímulos lésbicos, se sofreu "asfixia racial", se foi tocada pela polícia, se está escutando articulações terceiro-mundistas. A única cosmovisão a usar apenas os olhos é a ocidental e esses olhos nos dizem que somos pessoas de cor, que somos Outros. (AKOTIRENE, 2020, p. 24).

Sobrevivente, não vítima. Terceira onda

A terceira onda feminista tem início a partir da década de 1990, num forte embate contra uma política conservadora que queria e quer tirar a pauta feminista dos debates, tendo em pensamento que a igualdade de gênero está superada. Em 1992, a escritora e feminista Rebecca Walker declarou em um artigo: "Tornando-se a terceira onda". O artigo colocava como era importante para as mulheres deterem o assédio sexual (verbal e físico) e que percebessem as falas sexistas de que o "pós-feminismo" conseguiu alcançar a igualdade entre homens e mulheres e que as batalhas feministas não se faziam necessárias.

Com a forte luta do feminismo negro e levadas e levados pelo conceito da interseccionalidade, dá-se a abordagem do colonialismo, isto é, a ideia de uma supremacia de uns países sobre a construção dos feminismos em outros considerados "terceiro-mundo". Assim, vertentes como o feminismo decolonial, mulherismo africana, feminismo indígena e transfeminismo chegam como insurgentes no processo de emancipação das mulheres.

Judith Butler aborda o conceito de gênero como um problema, tratando-o como não-binário, formados por comportamento que fazem sua performance. Esse pensamento é chamado de "teoria queer", o que abre o debate para que a heteronormatividade seja questionada e se desenvolva o transfeminismo. Em um resumo sobre essa teoria, Butler afirma que a sociedade é baseada em uma es-

trutura regulatória que reforça a heterossexualidade como a orientação sexual considerada "natural". Essa estrutura presume a existência de dois gêneros distintos e opostos: masculino e feminino. Essa distinção por gênero ou binária é sustentada por atos – aparências, ações e discurso.

Atos que não observam as normas desse gênero binário são punidos, reforçando a estrutura. Os indivíduos, inconscientemente, continuam repetindo atos de gênero ao longo da vida. Essa repetição dá a impressão de que o gênero binário é fixo e natural.

A terceira onda do feminismo, que emergiu na década de 1990 e continuou a influenciar as décadas seguintes, trouxe novas perspectivas e abordagens para a luta pela igualdade de gênero. Essa fase do feminismo expandiu e diversificou as questões abordadas pelas ondas anteriores, respondendo às críticas e lacunas identificadas no feminismo de segunda onda.

A terceira onda do feminismo surgiu em um momento de grande transformação social e política. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por avanços econômicos, globalização e o surgimento da internet, que facilitou a comunicação e a mobilização. Além disso, havia uma crescente insatisfação com a forma como a segunda onda havia abordado questões de diversidade e inclusão. Muitas mulheres começaram a sentir que as experiências e as lutas das mulheres de cor, das mulheres LGBTQ+, e das mulheres de diferentes classes sociais não estavam sendo adequadamente representadas ou abordadas.

Principais Características e Focos

Interseccionalidade

Um conceito central da terceira onda é a interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw. Esse conceito destaca que as experiências de opressão não podem ser compreendidas apenas através de uma única lente, como gênero. Em vez disso, as interseccionalidades entre raça, classe, sexualidade e outras identidades moldam as experiências das pessoas de maneiras complexas. A terceira onda do feminismo incorporou essa perspectiva para analisar como diferentes formas de discriminação se sobrepõem e interagem.

2. Diversidade e Inclusão: A terceira onda do feminismo fez um esforço consciente para incluir uma gama mais ampla de experiências femininas. Isso inclui uma maior ênfase nas questões enfrentadas por mulheres negras, indígenas e de outras minorias raciais e étnicas, bem como pelas mulheres LGBTQ+. A diversidade de experiências foi reconhecida como fundamental para uma compreensão mais completa da opressão e da resistência.
3. Rejeição das Normas Tradicionais: A terceira onda também se afastou de algumas das normas tradicionais e rígidas do feminismo da segunda onda. Isso inclui uma maior aceitação da expressão de gênero fluida e não normativa. O feminismo da terceira onda abraçou a ideia de que as identidades de gênero e as expressões de sexualidade podem ser múltiplas e variadas, e não se limitam às categorias binárias tradicionais.
4. Cultura e Representação: A terceira onda do feminismo prestou atenção especial à cultura popular e à representação das mulheres na mídia. As feministas desta onda analisaram como a mídia perpetua estereótipos de gênero e procuraram promover uma representação mais positiva e diversificada das mulheres. Essa abordagem também envolveu a crítica à objetificação e à sexualização das mulheres na cultura de massa.
5. Empoderamento Pessoal e Feminismo Pós-Moderno: A terceira onda introduziu uma ênfase no empoderamento pessoal e na auto-expressão. Isso se manifestou em uma aceitação do feminismo como uma escolha individual e subjetiva, muitas vezes integrada com uma abordagem pós-moderna que questiona as grandes narrativas e enfatiza a experiência individual.
6. Reivindicação e Apropriação de Espaços: As feministas da terceira onda também se concentraram em criar e reivindicar espaços para as mulheres em uma variedade de esferas, desde o ativismo online até a política e a academia. A internet e as redes sociais desempenharam um papel significativo nesse processo, permitindo a criação de novas formas de organização e mobilização.

Influências e Pensadoras Importantes

A teoria da interseccionalidade de Crenshaw foi fundamental para a terceira onda, ajudando a moldar a compreensão de como diferentes formas de opressão interagem e afetam a vida das pessoas.
A teoria de gênero performativa de Butler, descrita em obras como "Gender Trouble" (1990), influenciou a terceira onda ao desafiar as categorias fixas de gênero e sugerir que o gênero é uma construção social performativa.

A escrita de Bell Hooks, incluindo livros como "Feminist Theory: From Margin to Center" (1984), ofereceu uma análise crítica sobre a interseccionalidade e a necessidade de um feminismo inclusivo que aborde as questões de raça e classe.
A terceira onda do feminismo teve um impacto significativo em várias áreas, incluindo a legislação, a política, a academia e a cultura popular. Ela ajudou a moldar o entendimento contemporâneo da igualdade de gênero e trouxe à tona questões importantes sobre diversidade e inclusão. Embora a terceira onda tenha alcançado muitos avanços, também gerou debates e críticas que levaram à evolução para o feminismo da quarta onda, que continua a expandir as discussões sobre gênero e justiça social.
Em resumo, a terceira onda do feminismo foi um período de rica diversidade e inclusão, que desafiou as normas estabelecidas e trouxe novas perspectivas para a luta pela igualdade de gênero. Ao enfatizar a interseccionalidade e a diversidade de experiências, a terceira onda ajudou a expandir o movimento feminista para ser mais representativo e abrangente.

Marcha das Vadias! Quarta onda

Muitas teóricas vêm trazendo a abordagem de uma quarta onda, que na verdade é o feminismo nos dias de hoje. A mudança e o ganho de força da terceira onda, influenciada pela “Marcha das Vadias”, movimento organizado por jovens estudantes canadenses em 2011, deu início a esse levante que, em 2010, havia crescido de forma significativa, com a militância política nas redes sociais. Pode-se dizer que as redes sociais trouxeram maior voz e visibilidade para o movimento e difusão de pautas feministas, e as traduções resgataram livros de autoras como: Judith Butler, bell hooks, Audre Lorde, Angela Davis, Patricia Hill Collins, para agigantar os debates. Autoras brasileiras passaram a ser discutidas e lidas também, como: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Heleieth Saffioti; além de novas autoras, como: Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Letícia Nascimento, Marcia Tiburi, Manuela d’Ávila, Jaqueline de Jesus, Célia Xankiabá, Chimamanda Adichie, Megg Rayara.
A luta feminista deve ser defendida por todos, todas e todes. O sexismo e o patriarcado penetram nas camadas sociais junto com o capitalismo, que só afunda os movimentos e a justiça social. Essa onda também trouxe a questão inclusiva, na qual pessoas com deficiência tivessem uma vertente feminista e que não fossem excluídas do debate. As redes sociais têm permitido que movimentos de base se comuniquem entre si com facilidade, embora os usuários e usuárias também possam acabar expostos e expostas a abusos.
As redes permitem que se possa chegar a uma conscientização, acessibilidade e rapidez, com um olhar voltado para a comunidade, o que é empoderador, porém tem o lado prejudicial, que é a trollagem, ameaças de morte, estupro e pornografia de vingança.
No Brasil, a quarta onda trouxe mudanças significativas na parte judiciária e social, como em 2013, numa campanha lançada pela ONG Think Olga, que denunciou o caráter violento de “cantadas nas ruas”, a campanha “Chega de Fiu Fiu”. Já em 2015, a Lei do Feminicídio alterou o Código Penal Brasileiro (art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848/40), incluindo o feminicídio como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos. Em 2018, a promulgação da Lei de “Importunação Sexual” criminalizou o assédio contra mulheres em espaços públicos brasileiros.
Em julho de 2021, foi aprovada a Lei nº 14.164, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2021).
A referida Lei foi resultado da luta dos movimentos feministas e poderá ser um importante instrumento para que possamos discutir feminismo e suas pautas (citadas anteriormente) na escola. A legislação discorre que

os conteúdos relacionados à Lei deverão ser tratados de forma transversal, o que pode dificultar sua aplicabilidade, mas, por outro lado, dá maior abertura para discuti-lo em diferentes momentos da formação escolar, permitindo trazer a comunidade para dentro da escola, discutindo, informando e empoderando mulheres e meninas na luta contra a violência e o patriarcado.

Art. 1º [...].
§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino.

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:
I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);
II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;
III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher; [...]. (BRASIL, 2021).

Assim, se retrata e forma o movimento feminista com suas ondas elucidativas.

Considerações finais

Pode-se notar ao longo deste artigo que a importância de se entender o movimento feminista e suas ondas é de extrema relevância para a educação brasileira, dado o papel preponderante das mulheres, especialmente professoras, no sistema educacional. Compreender o feminismo e suas diferentes fases ajuda a contextualizar e implementar práticas educacionais que promovem a equidade entre gêneros e a justiça social, beneficiando tanto alunos quanto educadores.
A educação brasileira é predominantemente composta por mulheres, com muitas atuando como professoras e educadoras em diversos níveis de ensino. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo de 2023, 83% da Rede Municipal de Educação é formada por mulheres. Esse dado não apenas reflete a importância das mulheres na educação, mas também destaca a necessidade de uma abordagem educacional que valorize e integre as perspectivas feministas.
A integração das perspectivas feministas na educação é essencial para promover um ambiente de aprendizagem que seja justo e inclusivo. As diferentes ondas do feminismo trouxeram à tona questões cruciais que afetam a maneira como as meninas e os meninos são educados e socializados. Ao entender essas ondas, educadores e formuladores de políticas podem implementar práticas que:
A educação feminista contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero desde uma idade jovem. Isso ajuda a formar uma visão mais igualitária entre meninos e meninas, proporcionando a ambos os gêneros as mesmas oportunidades e encorajando a exploração de interesses e habilidades sem limitações impostas por normas de gênero.
Incorporar uma perspectiva feminista no currículo escolar significa garantir que a história, a ciência, a literatura e outros campos do conhecimento incluam e valorizem as contribuições de mulheres e diversas perspectivas de gênero. Isso também envolve a discussão crítica de temas como patriarcado, desigualdade de gênero e a luta pelos direitos das mulheres.
A educação feminista busca criar um ambiente onde todos os alunos se sintam empoderados para expressar suas opiniões e perseguir seus interesses, independentemente de seu gênero. Isso é particularmente importante para encorajar meninas a seguir carreiras em campos dominados por homens e para ajudar meninos a se afastarem das normas rígidas de masculinidade.
Uma educação emancipatória é aquela que visa a libertação e a capacitação dos alunos para pensar criticamente e agir de maneira ética e responsável. No contexto de uma edu-

cação feminista, isso significa criar um ambiente de aprendizado que promove a equidade entre homens e mulheres, reconhecendo e valorizando as diferenças e abordando as desigualdades que persistem.

Implementar políticas educacionais que reconheçam e abordem as desigualdades de gênero é fundamental. Isso inclui a formação de professores em questões de gênero, a criação de ambientes escolares seguros e inclusivos, e a promoção de práticas pedagógicas que desafiem as normas patriarcais e sexistas.

A educação feminista também enfatiza o desenvolvimento de competências críticas, como a capacidade de analisar e questionar normas e estruturas sociais, reconhecer e combater discriminação e injustiça, e promover a justiça social. Essas competências são essenciais para que os alunos se tornem cidadãos engajados e conscientes.

A implementação de uma educação feminista beneficia não apenas os alunos, mas também os educadores. Para os alunos, uma abordagem equitativa promove um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e justo, onde eles podem alcançar seu pleno potencial sem serem limitados por estereótipos de gênero. Para os educadores, entender e aplicar as perspectivas feministas contribui para um ambiente de trabalho mais equitativo e para uma prática pedagógica mais eficaz e consciente das questões de gênero.

A importância de compreender o movimento feminista e suas diferentes ondas é crucial para a educação brasileira, que é amplamente formada por mulheres e voltada para a formação de futuros cidadãos. Ao integrar uma perspectiva feminista na educação, é possível promover uma prática pedagógica que não só busca a equidade entre homens e mulheres, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação feminista é um passo fundamental para garantir que todos os indivíduos, independentemente de seu gênero, tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo e participar plenamente na sociedade.

Referências

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 25 nov. 2021.

BUTLER, J. P. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 20. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FROLICH, P. Rosa Luxemburgo: Pensamento e Ação: Biografia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

GOUGES, O. de (1791). Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/911-Texto%20do%20Artigo-34529-1-10-20090821.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

HIRATA, H. et al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

hooks, b. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2018.

hooks, b. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução de Bhuvi Libanio. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, b. Teoria Feminista: da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOUAISS, A. Minidicionário Houaiss. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2020.